

**FACULDADES SÃO JOSÉ
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

ALAN DA COSTA GERVASIO
CARLOS HILTON CRUZ CARVALHO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E LIBRAS: currículo e
acessibilidade bilíngue do aluno surdo ao desporto**

Rio de Janeiro

2018

EDUCAÇÃO FÍSICA E LIBRAS: currículo e acessibilidade bilíngue do aluno surdo ao desporto

PHYSICAL EDUCATION AND POUNDS: curriculum and accessibility bilingual of the deaf student to sport

Alan da Costa Gervasio

Bacharelado em Educação Física

Carlos Hilton Cruz Carvalho

Mestre em Saúde

RESUMO

O presente artigo aborda a necessidade do conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ao professor de Educação Física no intuito de promover desporto bilíngue ao aluno surdo por meio de um currículo acessível. O objetivo geral é descrever a condição de acesso ao desporto por meio de um currículo acessível ao aluno surdo. Ela se justifica devido ao problema observado em relação à comunidade surda ser constantemente enfrentada aos desafios corriqueiros para obter acesso ao desporto fora de um ambiente bilíngue, sendo de relevância para a inclusão bilíngue ao desporto desse alunato. A LIBRAS foi oficializada como *status* de língua oficial de comunicação e expressão da comunidade surda pela lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo decreto nº 5.626 de 22/02/2005, que determina que se organize para inclusão escolar, escolas e classes de educação bilíngue abertas a alunos surdos e ouvintes e com professores bilíngues qualificados para atendimento a esse alunato, o que faz referência ao professor de Educação Física em suas ações.

Palavras-chave: acessibilidade, bilinguismo, currículo, desporto, inclusão, LIBRAS.

ABSTRACT

This article addresses the need for knowledge of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) to the Physical Education teacher in order to promote bilingual sport to the deaf student through an accessible curriculum. The general objective is to describe the condition of access to sport through a curriculum accessible to the deaf student. It is justified because of the problem observed in relation to the deaf community being constantly faced with the usual challenges to gain access to sport outside a bilingual environment, being of relevance for the bilingual inclusion to the sport of this alunato. LIBRAS was officialized as an official language of communication and expression of the deaf community by Law nº 10.436 / 2002 and regulated by Decree nº 5.626 of 02/22/2005, which mandates that schools be organized for inclusion in schools and classes of bilingual education open to deaf students and listeners and with bilingual teachers qualified to attend to this alunato, which refers to the Physical Education teacher in his actions.

Key-words: accessibility, bilingualism, curriculum, sport, inclusion, LIBRAS.

INTRODUÇÃO

A referente pesquisa parte de uma motivação pessoal após cursar a disciplina da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Correlacionando a minha primeira formação, como licenciado em Educação Física, percebi o quanto seria eficaz aprofundar os meus conhecimentos na questão da acessibilidade e acesso do surdo ao desporto, por meio de uma Educação Física bilíngue com a capacitação do professor em LIBRAS.

No Brasil, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, são 9,7 milhões de pessoas com algum grau de perda auditiva, sendo dois milhões de pessoas com surdez profunda e 95% de surdos que vivem em família de ouvintes¹.

O direito ao desporto do surdo no Brasil passou a ter grande destaque a partir do reconhecimento da Lei nº 10.436 de 2002 e do Decreto nº 5.626 de 2005, que amparam as comunidades surdas no País.

O Decreto destaca que a Educação deve prestar atendimento de qualidade às pessoas surdas, com profissionais capacitados para o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou para sua tradução e interpretação.

O referido trabalho tem como objetivo geral descrever a condição de acesso ao desporto por meio de um currículo acessível à comunidade surda em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), após a implementação da Lei nº 10.436 de 2002 e do Decreto nº 5.626 de 2005.

Os objetivos específicos são: identificar se há desenvolvimento da aprendizagem da Educação Física no aluno surdo fora de seu ambiente linguístico; averiguar se o atual método de ensino para o aluno surdo está sendo eficaz ao seu aprendizado na Educação Física; considerar o acesso do surdo à prática esportiva com o uso da LIBRAS e promover a capacitação do profissional de Educação Física para a LIBRAS.

¹ Roquette Pinto -comunicação educativa. Disponível em:< <http://roquettepinto.org.br/projetos/tv-ines/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

A LIBRAS foi oficializada como status de língua oficial de comunicação e expressão da comunidade surda pela lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo decreto nº: 5.626 de 22/02/2005. O decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI e artigo 22, determina que se organize para inclusão escolar, escolas e classes de educação bilíngue abertas a alunos surdos e ouvintes e com professores bilíngues qualificados para atendimento a esse alunato, o que faz referência ao professor de Educação Física em suas ações.

A pesquisa se justifica devido ao problema observado em relação à comunidade surda que, constantemente, enfrenta desafios corriqueiros para obter acesso ao desporto fora de um ambiente bilíngue – e, que ainda é excludente – ante aos profissionais de Educação Física que desconhecem a língua de sinais, cultura, identidade surda, comunidade surda e nuances relacionada a um atendimento do desporto bilíngue, sendo de relevância para a inclusão bilíngue ao desporto desse alunato.

Acredita-se que é possível o ensino da Educação Física por meio de um currículo acessível à comunidade surda em LIBRAS. Diante disso, essa pesquisa contribuirá para apontar dados através dos demonstrativos para responder tal hipótese. Essa pesquisa possui um caráter descritivo e qualitativo usando referências de coleta de dados, numa proposta experimental de estudo de caso. O trabalho abordará o denominado Estudos dos Surdos² sobre a ótica da concepção da língua de sinais e sujeito surdo numa abordagem bilíngue para a educação de surdos.

Para a elaboração dessa pesquisa foram utilizadas referências bibliográficas obtidas através de livros; artigos científicos; Internet; apostes teóricos e dentre outros. Em resposta à legislação da LIBRAS vigente fora elaborado questionário fechado em campo com seis questões objetivas para trinta (n=30) docentes de Educação Física com intuito de compor gráfico com o resultado final.

O estudo constata a necessidade da inserção com qualidade bilíngue do aluno surdo na Educação Física, sendo primordial o aprendizado da LIBRAS pelo

² Estende-se todo o conjunto de pesquisa sócio-antropológica, que referencia as comunidades surdas. Para Skliar (1998, p.29) é definida “como uma questão de diferença política, da experiência visual, de identidades múltiplas, um território de representações [...]”.

professor regente para que se obtenha, verdadeiramente, uma Educação Física bilíngue ao desporto.

Para melhor compreensão desse trabalho é fundamental o conhecimento prévio de algumas definições de termos. Segundo Carvalho (2013) os define, tais como:

a) Surdo: Sujeito membro de uma comunidade sociolinguística e que utiliza uma língua visual-espacial e que não se escreve (ágrafa) (p.53);

b) Ensurdido: Sujeito ouvinte que perde parcial ou total a função da audição e utiliza a língua oral falada e escrita. Não nasceu surdo, mas adquiriu perda auditiva, o que não significa ser um Surdo (p.53);

c) Língua de Sinais: São línguas ágrafas (não se escrevem) de modalidade visual-espacial, genuínas reconhecidas pela Linguística provenientes das experiências visuais dos sujeitos surdos. Elas independem das línguas orais para subsistirem e cada país possui sua Língua de Sinais (p.25);

d) LIBRAS ou LSB: É a língua de sinais reconhecida como *status* atribuída por lei Federal nº 10.436/2002 da comunidade surda brasileira, onde determina o respeito e a difusão da mesma (p.28 e29);

e) Bilinguismo: Atual escola desde 1980, que compreende para o surdo obter o seu aprendizado na sua língua natural ou primeira língua (L1), que é a língua de sinais e com modalidade escrita (instrumental) da língua oral do país de origem como segunda língua (L2) (p.22).

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A educação do surdo no decorrer da história

Várias formas de se pensar sobre o sujeito surdo foram estipuladas na história. Um surdo para se constituir um cidadão ainda enfrenta grandes obstáculos e enfrentará ao longo da sua existência. Isso se dá pela constituição errônea e difundida do que seja a perda auditiva numa visão clínica imposta pela sociedade de

maioria ouvinte, devido aos preconceitos já pré-estabelecidos, como também, a falta de profissionais especializados e preparados para instruir esse aluno que não possui uma deficiência³ e sim uma Diversidade Funcional (PEREIRA, 2009).⁴ No caso do sujeito surdo sua diversidade se encontra natural via visão tridimensional (SACKS, 1998) que confere ao mesmo, habilidades peculiares, que o ouvinte jamais produziria. A cultura grega e romana também contribuiu para exercer certo poder ideológico sobre o surdo. O entendimento das questões relacionadas à pessoa humana no que era estabelecido como “normal” ou “anormal”, já eram visões de uma sociedade preconceituosa. A História relata uma das mais tristes experiências em torno dos vários sujeitos.

Na antiguidade e entre os povos primitivos, o tratamento destinado às pessoas portadores de deficiência assumiu dois aspectos distintos: extermínio, por serem consideradas grave empecilho a sobrevivência do grupo, já que não podiam cooperar nos afazeres diários; proteção e sustento, para ganhar a simpatia dos deuses, por gratidão, em reconhecimento ao esforço daqueles que se multilavam na guerra. (HONORA, 2008, p.11 e 12)

A questão não é a perda auditiva, mas a segregação que os ouvintes permearam ao longo dos séculos sobre o surdo. Como consequência, este cidadão veio agregando discriminação e preconceito. Sacks (1998) cita que “Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez” (p. 15). Segundo o autor, é percebido o quanto as questões que se referem aos surdos, ainda não são de interesse para os que não se despertam em um novo olhar para esse indivíduo.

Veloso (2009) cita que na Grécia (384 a.C.) os surdos eram considerados incapazes de raciocinar e até de terem sensibilidade e cita que “o filósofo Aristóteles acreditava que quando uma pessoa não verbalizasse consequentemente não

³ Termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Disponível em:< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%Aancia>>. Acesso em: 16 out. 2018.

⁴ Diversidade funcional (CARVALHO, 2013) é o novo termo que traz uma visão psíquico-linguística-social em substituição do termo usual e clínico de deficiente, pois ele carrega uma historicidade negativa para a constituição do sujeito. Diversidade funcional deseja salientar que não há deficiência e sim ponto de vista interpretativo sobre o que seja dito normal ou anormal. Por isso, diversidade funcional retrata as maneiras diversas de construção do sujeito enquanto especificidade, no que tange, características físicas ou sensoriais. Os atletas paraolímpicos comprovam essa veracidade em seus corpos.

possuía linguagem e tão pouco pensamento” (p.28). A ideia do homem belo, forte e corajoso, baseada nos contos mitológicos grego e romano foi a sustentação ideológica para que as civilizações antigas mantivessem tais visões.

Segundo a autora Nascimento, o professor surdo Ferdinand Berthier, surdo congênito, foi considerado por Laurent Clerc, professor também surdo, o mais brilhante aluno do Instituto para Surdos de Paris. Ferdinand Berthier nasceu em 1803, na cidade de Louhans, na França. Ele cita:

Inicia a história na antigüidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: "A infelizmente criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar. (BERTHIER, 1984, p.165).

O termo mudez⁵ associado ao surdo criou-se primeiramente pela visão de Aristóteles de que as palavras deveriam ser oralizadas. O filósofo agregou a ideia da comunicação perfeita e eficaz ao uso do ato da fala oral verbalizada. Visão equivocada, mas, que teve consequências históricas depreciativas referenciando o surdo com o termo mudez (ausência da prega vocal)⁶, característica que o mesmo não possui. Esse pensamento foi desconstruído, logo após, por Sócrates ao afirmar que a condição natural para a comunicação se ajusta a realidade do próprio agente que se comunica (VELOSO, 2009).

Contribuindo através das novas pesquisas em relação ao sujeito e diversidade desconstruindo o pejorativo de deficiência, a ONU em 2015 lança o novo símbolo de acessibilidade batizado de A Acessibilidade⁷ (FIGURA 1). O novo

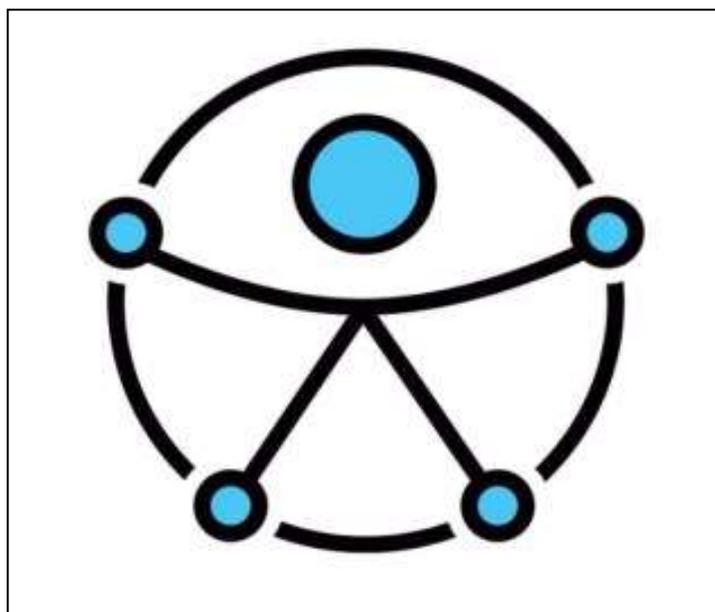
⁵ Entende-se ser a ausência das pregas vocais (cordas vocais), o que é inexistente devido a esse pequeno órgão ser raríssimo na literatura fisiológica em não se desenvolver. O mesmo ocorre de uma mulher nascer sem o hímen. O termo “mudo” foi associada ao uso de uma língua oral e não a ausência de uma prega vocal, que para o surdo que essa pesquisa apresenta a possui.

⁶ As pregas vocais, anteriormente denominadas de cordas vocais, são as responsáveis pela emissão de sons nos seres humanos e em algumas espécies de animais, como o cachorro. Essas estruturas, localizadas na laringe, vibram em virtude da pressão do ar vinda do pulmão, o que gera a produção de sons, que são modificados de acordo com a articulação feita pela boca e amplificados graças à chamada caixa de ressonância, que é formada pela laringe, faringe, boca e nariz. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/pregas-vocais.htm>>. Acesso em: 15 out. 2018.

⁷Disponível em:<<https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/onu-cria-novo-simbolo-para-acessibilidade/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

desenho teve a proposta de ser neutro, sem tipificar nenhuma diversidade específica, sendo uma figura simétrica conectada por quatro pontos a um círculo, representando a harmonia entre o ser humano e a sociedade, e com os braços abertos, simbolizando a inclusão de pessoas com todas as habilidades, em todos os lugares.

Figura 1: Novo símbolo de acessibilidade.



Fonte: Reflexões sobre rodas, 2017.

A primeira escola de surdos do Mundo foi o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris⁸, fundada pelo abade Charles-Michel de L'Épée, em 1760, na cidade de Paris, França inaugurando o Método Gestualista, onde defendia o uso da língua de sinais e sendo L'Épée considerado o pai da educação dos surdos. Logo após, a educação dos surdos perpassou por mais três escolas metodológicas: o Método Oralista criado na Alemanha por Samuel Heinicke (1768) que defendia a terapialização oral, sendo contra o uso da língua de sinais e tendo seu apogeu no Congresso de Milão⁹; o Método Bimodalista ou Comunicação Total (1970) que retornou a língua de sinais a esfera educacional, mas, utilizando a estrutura da

⁸ Disponível em:< <http://www.injs-paris.fr/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

⁹ Congresso internacional de educação de surdos, sem nenhuma representatividade surda na época, onde Alexander Graham Bell teve grande representatividade com voz ativa a favor do Método Oralista criado por Samuel Heinicke e, manifestando-se contra o Método Gestualista. Os surdos foram proibidos de usar a língua de sinais durante quase um século. (Carvalho, 2014, p.21)

língua oral e o atual Método Bilíngue onde valoriza o uso exclusivo da língua de sinais como meio educacional de acesso a instrução (CARVALHO, 2013).

Segundo Rocha (2009), a história da educação de surdos no Brasil deu início com a criação do Instituto Nacional de Educação de surdos (INES)¹⁰, fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês E. Huet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. Na época, o curso durava seis anos sendo oferecido a alunos dos dois sexos, na idade de sete a dezesseis anos, e os alunos surdos eram educados por linguagem escrita articulada e falada, datilologia de sinais. A disciplina denominada de "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os surdos que apresentassem aptidões a desenvolver a linguagem oral. Havia uma seleção e, conseqüentemente, trabalho diferenciado para os que não tivessem condições de ser oralizados. Assim, se deu o primeiro contato dos surdos brasileiros com a Língua de Sinais Francesa, trazida por E. Huet.

INES foi fundado há 152 anos e a presença de narrativas ligadas à memória faz parte da cultura institucional. A marca de sua longa história é muito forte na instituição, embora, contraditoriamente, a atenção com a memória oral seja mais relevante do que com a memória escrita. Muito se perdeu de fontes documentais matérias, por diversas razões que não cabem aqui serem discutidas (ROCHA, 2010, p.33).

Entretanto, enquanto se tratar a questão da cultura, língua de sinais e identidade surda como ideologias particulares sem embasamento, e não como um olhar científico por meio de um estudo linguístico, psicológico e social como já é defendido, infelizmente, ainda se propagará os mesmos equívocos do passado em tentar padronizar o surdo ao mundo ouvintista¹¹. Carvalho (2013) expõe a importância sobre o estudo do sujeito surdo.

Por isso será maravilhoso, quando todo cidadão ouvinte tiver acesso à ampla informação sobre a realidade do surdo, sua língua, cultura e identidade, para que haja maior entendimento entre todos, e haja inclusão e as pessoas procurem conhecer como funciona e saber da importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), utilizada pelas comunidades surdas do Brasil. (p.10)

¹⁰ Disponível em:<<http://www.ines.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

¹¹ Ouvintismo ou corrente ouvintista também denominada de oralista é definido por Skliar (1998, p.15) como um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse um ouvinte. O termo designa a imposição sócio-educacional-cultural e política que sofre o surdo sobre a dominação dos ouvintes que acham no direito de determinar o que é melhor para ele.

No Brasil, a educação bilíngue dos surdos obteve grandes avanços com a promulgação das leis denominadas de “Leis do surdo” que regem a comunidade surda brasileira. A Lei de LIBRAS nº 10.436 de 24/04/2002; o Decreto de LIBRAS nº 5.626 de 22/12/2005 e a lei do tradutor e intérprete de LIBRAS, Lei nº 12.319 01/09/2010 garantem a total valorização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) a direitos de acessibilidade bilíngue do cidadão surdo. Na lei da LIBRAS (2002), no seu artigo 1º é citado que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e outros recursos de expressão a ela associados.” Contudo foi através do decreto de LIBRAS (2005) que a LIBRAS foi inserida no currículo para a formação superior dando prioridade aos cursos de licenciatura. O decreto determina que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-a em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Com o reconhecimento das leis em prol da comunidade surda, já houve grandes avanços, e relação aos responsáveis pela instrução dos surdos como no passado, o que reflete uma preocupação do governo com a inclusão social dessa comunidade na sociedade majoritária ouvinte e luta política do surdo pela sua educação bilíngue. Diferente de um passado sombrio de mais de um século onde se impunha a oralização pelo Congresso de Milão em 1880, que era feita pelos professores ouvintes, pois não havia o reconhecimento da língua de sinais, e ainda com proibição do uso da LIBRAS, a comunidade surda, atualmente, dispõe além da sua escola Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), considerada uma referência nacional na educação de surdos oferecendo curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); ensino básico pelo Colégio de Aplicação (CAp/INES), educação

precoce (de recém nascidos há três anos), educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade presencial e a distancia¹² e, um canal televisivo nas redes sociais TV INES¹³ disponibilizando conteúdo audiovisual acessível ao público surdo, inclusive notícias esportivas.

1.2 A língua de sinais e a identidade do surdo

Vygotsky (1896-1934) percebeu a discussão centralizada a respeito da importância da aquisição primária da linguagem humana como uma “fala natural” num período crucial da infância. Contudo, a identidade humana é uma construção sociocultural, e foi através dos estudos que se reconhece a questão da linguagem como composição do sujeito. A construção da identidade não é uma mera imposição mecanizada, imposta pelas terapias. Sendo o surdo um sujeito visual, esta, nunca o levará a perceber os sentidos fundamentais da experiência natural da língua materna, não contribuindo para este tomar posse da sua identidade. Vygotsky observa tal fato como manifestação individual para o aluno.

A psicologia moderna dispõe de três formas básicas de estudo da personalidade da criança. A primeira delas pode ser definida como observação cientificamente ordenada. Ela consiste em que observamos as manifestações individuais do educando, mais só em forma cientificamente ordenada. Para entender sentido e a função desse método deve-se lembrar a diferença entre a observação científica e a simples observação. (VIGOTSKY, 2001, p. 433)

O ser humano sobrevive pela língua que é capaz de articular o desencadeamento da linguagem para estruturação do pensamento. Pela Neurolinguística¹⁴ sabe-se que a aquisição da língua de sinais nos sujeitos surdos

¹² Disponível em: <<https://neoines.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

¹³ Disponível em:<<http://roquettepinto.org.br/projetos/tv-ines/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

¹⁴ Ciência que estuda a elaboração cerebral da linguagem. Ocupa-se com o estudo dos mecanismos do cérebro humano que suportam a compreensão, produção e conhecimento abstrato da língua, seja ela falada, escrita, ou assinalada. Trata tanto da elaboração da linguagem normal, como dos distúrbios clínicos que geram suas alterações. Disponível em:<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Neurolingu%C3%ADstica>>. Acesso: 15 out. 2018.

como primeira língua (L1)¹⁵, o quanto ocorrer mais cedo possível, torna-se um elemento fundamental de observação por parte do professor para evolução cognitiva do aluno surdo com obtenção do desenvolvimento linguístico. Carvalho (2013) cita que “o cérebro do surdo encontra outros receptores para fortalecer suas percepções, e ouve, o que não ouvimos, ouvindo” (CARVALHO, 2013, p.27). Vigotski (2004) ressalta a importância da observação do docente:

As mais importantes conclusões pedagógicas que devem ser tiradas da teoria da atitude consistem antes de tudo a fórmula geral que exige do pedagogo uma atenção não só pelas realizações que desenvolvem e são nítidas no aluno, mas também pelas atitudes invisíveis e subterrâneas que antecedem tais realizações. Desse modo, o mestre deve não só observar o aluno, mas adivinhar sempre pela aparência o que nele se realiza de forma invisível. (p.168)

A comunidade surda, através dos avanços dos seus estudos socioantropológicos, definiu sua identidade visual através da criação do símbolo Acessível em LIBRAS (FIGURA 2) demonstrando um sujeito usuário de um língua de sinais, cultura e identidade; fato que se opõe ao antigo Símbolo da Surdez (FIGURA 3), que pejorativa a idéia clinica do surdo com ilustração da orelha tarjada, indicando interpretações, tais como o surdo visto apenas como uma orelha ou é proibido surdo.

¹⁵ Também denominada de língua natural ou materna, pois, se refere ao processo de construção do período de aquisição de linguagem e cognição no ser humano. As demais línguas adquiridas (L2; L3; L4 e demais) serão línguas artificiais (CARVALHO, 2013).

Figura 2: Símbolo de Acessível em LIBRAS. Figura 3: Símbolo internacional da Surdez.



Fonte: UFMG, 2013.



Fonte: APADAF, 2018.

É coerente afirmar, que nada pode substituir o exercício livre do uso da língua natural numa pessoa para construção de sua identidade. Sendo assim, a negação da capacidade de aquisição de língua de sinais como L1 para o surdo será motivo de infortúnio para sempre desse sujeito. Sacks (1998) cita em sua obra testes feitos por Rapin e Schlesinger, os efeitos que resultará para o surdo, com o impedimento natural para o desenvolvimento da linguagem, como o atraso da formação cerebral, fator que é irreversível.

Está claro, com base nas descrições fenomenológicas, que a experiência da língua pode alterar flagrantemente o desenvolvimento cerebral e que se ela for muito deficiente ou de alguma outra forma anômala, pode, atrasar a maturação do cérebro, impedindo o desenvolvimento adequado do hemisfério esquerdo efetivamente restringindo-a pessoa a um tipo de linguagem dependente do hemisfério direito. (p.50)

O ensino da língua de sinais como primeira língua (L1) dará ao surdo a oportunidade de uma comunicação experimental plena, porque houve o referencial simbólico trabalhado anteriormente pelos fatores neurológicos da linguagem que desencadeiam a cognição. Sá (2006) cita que a identidade surda não se constrói no vazio, mas forma-se no encontro com os pares e a partir do confronto com novos ambientes discursivos. Contudo, a falta de linguagem e de aprendizado natural da

língua de sinais, são fatores cruciais para o desenvolvimento da cognição do surdo, pois sem ela irá gerar a falta de uma comunicação plena entre os pares surdos.

O surdo no seu processo da aquisição natural de língua fotografa a imagem, fixa, combina e desencadeia livremente em sua estrutura linguística que é visual e espacial. Isso discorda das antigas ideias Aristotélicas, onde a língua deveria ser oralizada (sonora) para haver o pensamento. Através dos estudos do médico e filósofo Cárdano (século XVI) citado por Oliver Sacks (1998, p.29), é que se confirma a necessidade dos referenciais simbólicos nos surdos para o desencadeamento do processo natural de leitura do mundo, o que se faz somente pela aquisição da língua de sinais.

É possível dar um surdo mudo condições de ouvir pela leitura e de falar pela escrita [...], pois assim como diferentes somos são usados convencionalmente para designar coisas diferentes também podem ter essa função às diversas figuras de objeto e palavras [...] caracteres escritos e ideais podem ser conectada sem a intervenção de sons verdadeiros. (SACKS, 1998, p.29)

O empoderamento da língua de sinais pelo surdo, e, quanto, o reconhecimento da sua comunidade na atividade sociocultural se dará na criança surda pela internalização da sua identidade dentro exclusivamente da sua comunidade surda. Assim, a comunidade surda tem a sua real importância para o desenvolvimento enquanto membros de um grupo de minoria e que possibilitam a construção dos processos de posse de um “Eu surdo”. Segundo Sá (2006), essa atividade sociocultural denomina-se de cultura surda:

É como um campo de forças subjetivas que se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações etc. gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade etc. Os elementos culturais constituem-se a mediação simbólica que torna possível a vida comum. As culturas são recriadas em função de cada grupo que nelas se insere, mas as culturas minoritárias convivem com os códigos da cultura que se considera dominante e pretensamente normalizadora. (p.110)

A experiência com a língua de sinais dará ao surdo a oportunidade ímpar de uma comunicação experimental plena, porque houve o referencial simbólico trabalhado anteriormente pelos fatores neurológicos da linguagem, que desencadeiam sua cognição (BOTELHO, 1998). Pesquisas comprovam que a falta de linguagem por meio de um aprendizado natural da língua de sinais, que são

fatores cruciais ao desenvolvimento cognitivo do surdo, irá gerar a falta de uma comunicação plena entre os participantes surdos, seus pares, de um diálogo livre em língua de sinais. Sá (2006, p.126) relata que “a identidade (s) de surdos/dos surdos não se constroem no vazio, mas forma(m)-se no encontro com os pares e a partir do confronto com novos ambientes discursivos”.

1.3 O ensino bilíngue por meio de uma Educação Física imagética

É possível falar de uma Educação Física bilíngue sendo imagética específica para o aluno surdo, pois a política bilíngue requerida pela comunidade surda não faz concomitância com a chamada Educação Física Adaptada, que surge no Brasil em 1958, com a fundação de dois clubes de desporto em cadeiras de rodas, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, ou seja, esse novo modelo de Educação Física, perpassará ao ensino desta ciência ao aluno surdo por meio exclusivo da imagem que usa o canal visual com o devido ajuste curricular.

É nítido o crescimento da comunidade surda desde 2002 pela Lei de LIBRAS nº 10.436 de 24/04/2002; o Decreto de LIBRAS nº 5.626 de 22/12/2005 e a lei do tradutor e intérprete de LIBRAS nº 12.319 01/09/2010, pois elas garantem a total valorização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). São essas leis que regem a comunidade surda brasileira e garantem o direito ao ensino bilíngue para o aluno surdo à criação de um segmento da Educação Física, que é o da Educação Física bilíngue. Segundo Lacerda (2000):

O objetivo da educação bilíngue é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo - linguístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua do grupo majoritário. (p. 74)

Na lei da LIBRAS (2002) no seu artigo 1º cita que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.” Foi por meio do decreto de LIBRAS (2005) que a língua de sinais foi inserida no currículo para a formação superior priorizando os cursos de licenciatura e de bacharelado. O decreto determina que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-a em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Para Sá (2006) a educação dos surdos continua sendo um território de incompreensões, contradições e contrates. Para a comunidade surda cumpre efetivar uma política que respeite o papel linguístico desse cidadão no ambiente bilíngue educacional. Tal fato não é efetivado devido ao movimento da chamada educação especial requerida pelo MEC, o que contradiz a política da educação bilíngue¹⁶ requerida pela comunidade surda. Quando a criança surda não é exposta ao ambiente de língua natural, tal modelo acarreta atraso de linguagem na mesma, desencadeando sérios fatores psíquicos e socioculturais. Por ser língua de sinais visual e espacial, a professora surda tcheca Strnadova (1999) descreve um modelo de educação que precisa ser primordialmente pelo viés do olhar:

Nós surdos ao contrário temos que verificar com a visão a todo instante o que está acontecendo olharmos ao redor com uma frequência maior e com mais atenção do que vocês, e tentamos abranger o maior espaço possível. (STRNADOVA, 1999 p. 179)

O surdo é constituidor e principal agente para o desenvolvimento da sua língua de sinais, da sua propagação, e disseminação desta nos meios educacionais, se for analisando fatores psíquicos e socioculturais. Esse aluno vivencia experiências visuais, e as imagens são incorporações da sua percepção visual na obtenção do significado para esse aluno. Assim, ele pode inferir o processo de abstração e posteriormente aprendizado da palavra escrita (letramento) da língua oral. Esse é o meio mais eficaz em proporcionar ensino bilíngue e dispor a inclusão

¹⁶ Educação onde o surdo tem acesso na língua de sinais (L.S.), sua língua natural (L1), sendo conduzido ao letramento em segunda língua (L2) na escrita do país.

bilíngue para esse alunato. Segundo a pesquisadora, linguista, coda¹⁷ e tradutora e intérprete de LIBRAS, a professora pós Doutora Ronice Miller de Quadros “não há opções porque se configura nos seguintes termos: a linguagem se aprende, mas não pode ser ensinada” (QUADROS, 1997, p.20).

Mas, ainda há obstáculo para uma verdadeira inclusão bilíngue desse aluno em seus ambientes escolares. A falta de consciência e competência de certos professores referente à aprendizagem pelo viés do olhar desse aluno e a falta de um currículo ajustado que o contemplem são fatores ainda determinantes para o insucesso desse processo pedagógico. Segundo Strnadova, isso se deve ao não entender da sua língua de sinais.

Os psicólogos observam tanto a direção do olhar como a sua duração e frequência de tudo isso já da para se ter uma ideia de que é possível adivinhar pelo olhar o que a pessoa não quer dizer em palavras. No caso dos surdos, porém os psicólogos ouvintes errariam muito. A comunicação não verbal dos surdos é diferente em alguns aspectos. (STRNADOVA, 199 p.178)

Aumont (1993) argumenta que “imagens são oriundas, através da capacidade visual de percepções dadas pelo sistema visual, com transformações ópticas, químicas e nervosas, e, que gera informações que vem através da luz que entra em nossos olhos” (p.22). É através da Psicologia da Percepção Visual, ramo da Psicologia que se estuda a relação das imagens percebidas, com as orientações cognitivas pelos estudos psicológicos através da busca visual. Aumont detecta em suas pesquisas esse fenômeno ímpar da espécie humana:

É costume criticar os estudos sobre a percepção das imagens por serem etnocêntricos por tirarem conclusões de alcance universal a partir das experiências feitas em laboratórios de países industriais: isso pode ser verdade, mas é bom lembrar também que em princípio a percepção das imagens contanto que se consiga separá-la de sua interpretação o que nem sempre é fácil, é um processo próprio à espécie humana apenas mais aprimorado por certas sociedades a partir o olho é a mesma para todos, e não pode ser subestimada. (AUMONT, 1999, p.74)

No currículo para promover educação de surdos, os recursos imagéticos proporcionam visão global dos diferentes recursos visuais expostos com o uso da LIBRAS, que tendem a ser desde o mais simples cartaz ao mais avançado meio tecnológico para promover ilustração, e, assim, gerir educação bilíngue aos surdos. A falta de sinais específicos para contextualizar termos na Educação Física é uma

¹⁷ Termo que denomina um filho (a) ouvinte de pais surdos que tem como primeira língua, a língua de sinais.

questão ainda emblemática, aonde a própria comunidade surda vem se articulando junto com profissionais qualificados da Educação Física para atenuar essa lacuna existente criando novos sinais para o ensino de uma Educação Física imagética. A criação do sinal em LIBRAS, para o mascote Tom e Vinicius (FIGURA 4 e 5) e demais esportes (FIGURAS: 6 e 7) nos jogos olímpicos Rio 2016, demonstra tal iniciativa exemplar da comunidade surda, com intuito de integrar a proposta bilíngue ao desporto.

Figura 4: Mascote Tom em LIBRAS.



Fonte: Dutra, 2016.

Figura 5: Mascote Vinicius em LIBRAS.



Fonte: Fonte: Dutra, 2016.

Figura 6: Sinal em LIBRAS de futebol.



Fonte: Fonte: Dutra, 2016.

Figura 7: Sinal em LIBRAS de Judô.



Fonte: Fonte: Dutra, 2016.

Na Educação Física, o uso metodológico curricular com ajustes em exercícios e avaliação no emprego de ilustrações no processo de educação bilíngue de alunos surdos tem perspectiva aprendizagem-ensino-aprendizagem como suporte técnico educacional de suma valia, onde o uso desses recursos didáticos através das ilustrações, tais como: charges, cartuns, histórias em quadrinhos e etc., como também, meios tecnológicos (multimídias), tais como DVD-R e CD-ROM, no intuito de obter progresso esportivo pessoal ao estudante surdo, que não utiliza a comunicação oral como leitura do mundo¹⁸ em seu

¹⁸ Entende-se como o processo de desenvolvimento cognitivo que se dá através do dia-a-dia nas experiências pessoal com o meio social.

cotidiano serve como resgate da memória visual deste aluno surdo para as diversas modalidades esportivas. Para Silva, o surdo vivencia uma experiência visual, que o faz ser um indivíduo com um simbólico específico:

O nosso cérebro está neurologicamente equipado para adquirir língua não necessariamente fala (oral). Assim sendo, o indivíduo pode aprender a usar uma língua sem uma via oral, como é o caso da língua de sinais da comunidade surda, um sistema linguístico de natureza visuo-espacial, ou seja, que utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos, sinais e expressões faciais que são percebidos pela visão, principalmente das mãos, desembocando com a transmissão de uma mensagem, diferentemente da maioria das línguas, como é o caso da Língua de modalidade oral-auditiva, por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados proferidos pela fala que são percebidos pelos ouvidos. (SILVA, p. 33, 2013)

Para Skliar (SKLIAR, apud CARVALHO, 2013, p 47) entender o conceito de cultura é fundamental para que se possa prover acesso à língua de sinais a aluno surdo dentro das diferentes comunidades surdas e crucial, para que ocorra o desenvolvimento do surdo, como um sujeito bicultural¹⁹ e bilíngue²⁰, ou seja, que transita entre duas culturas e em duas línguas: a de sinais e a escrita da língua oral. Assim, seu aprendizado, formação e avaliação devem seguir os mesmos critérios relacionados à promoção do seu campo visual pelo uso da língua de sinais e com o uso de materiais ajustados na Educação Física provindos de um ajuste curricular necessário.

1.4 O desporto e as atividades socioculturais do sujeito surdo

Os estudos culturais dos surdos têm como objetivo a investigação da cultura e quanto das atividades socioculturais em seu contexto histórico, através da pesquisa

¹⁹ Entende-se transitar em duas culturas, a da língua de sinais da comunidade surda local e a ouvinte do país. (CARVALHO,2013)

²⁰ Entende-se transitar em duas línguas, a língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua oral escrita do país como segunda língua (L2), apenas como um instrumento.

com métodos etnometodológicos²¹ de grupos de minoria constituinte de comunidades e que englobam a tradição, a língua, a cultura e demais manifestações.

As questões socioculturais dos surdos, ainda devem ser objetos de mais interesse não só na Educação Física, mas nos diversos meios da Ciência para que essas também possam contribuir para que a comunidade surda seja reconhecida como uma raça cultural étnica. Para Perlin e Strobel (2014) a questão sociocultural dos surdos tem um significado de posição social dos mesmos.

A história cultural é uma nova interpretação de caminhos percorridos, para a deferência do povo surdo, dando lugar à sua cultura, valores, hábitos, leis, língua de sinais, bem como à política que movimentava tais questões, e não mais a excessiva valorização da história registrada sob as visões do colonizador, uma história que dá lugar ao sujeito. Ela não interpreta o sujeito como algo fora de contexto, inventado, mas o sujeito como instrumento histórico no sentido e no significado. (p.21)

As atividades socioculturais do surdo na sociedade como um todo, deveriam ser o caminho natural e linguístico, antes de qualquer processo de método educacional, mas, sobretudo, como um despertar para a sua cultura e onde promova a prática desportiva por meio dela. Como a comunidade surda está presente na sociedade majoritária é preciso antes, refletir como a sociedade predominante ouvinte conhece e entende, o que seja uma comunidade surda suas expressões culturais em atividades.

A cultura se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações, etc. gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade etc. As culturas são recriadas em função de cada grupo que nelas se inserem. Os surdos são um grupo

²¹ Etnometodologia é uma corrente sociológica desenvolvida primeiramente nos Estados Unidos a partir da década de 1960. Alguns anos depois, chegou à Europa. Trabalha com uma perspectiva de pesquisa compreensiva, em oposição à noção explicativa. A Etnometodologia considera que a realidade socialmente construída está presente na vivência cotidiana de cada um e que em todos os momentos podemos compreender as construções sociais que permeiam nossa conversa, nossos gestos, nossa comunicação etc. Disponível em:< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Etnometodologia>>. Acesso em 15 out.2018.

minoritário que está lutando para que sua cultura seja incluída, no contexto social, como legítima. (SA, 2006, p.1)

Entretanto, é somente pela comunidade surda, que o surdo possuirá por empoderamento todas as características de cultura surda e da língua de sinais, como referenciais simbólicos, e sendo somente nesses ambientes comunitários para viabilizar produções de suas atividades socioculturais. Na comunidade surda eles podem adquirir todas as potencialidades linguísticas, étnicas, sociais e culturais do seu próprio mundo, onde a prática desportiva contribui de forma significativa para tal potencialização.

Considerando que, na comunicação e na interação com o meio, a visão tem para as pessoas surdas a mesma importância que a audição tem para as pessoas ouvintes pode-se presumir que, se a comunicação fosse imprópria, poderia haver consequências para o desenvolvimento intelectual, da linguagem, das atitudes emocionais, das relações sociais e também para aprendizagem motora. De acordo com Sacks, na falta da audição, a visão e o tato acabam suprindo e organizando algumas informações, tais como tempo, espaço e outras percepções sensoriais. Porém devido à sobrecarga visual, o surdo possui o que é denominado de atenção dividida ou segmentada, o que lhes permite dar atenção às informações uma de cada vez. (PASETTO et al.,2006, p.290)

Enquanto atividades socioculturais numa criança surda para a internalização de sua identidade surda, dentro da comunidade surda, o papel dos pares surdos em comunidades surdas tem a sua real importância para o desenvolvimento enquanto membros de grupos de minoria, e que possibilitam a construção dos processos de posse de um “eu surdo”. Segundo Sá (2006), essa atividade sociocultural denomina-se de cultura Surda:

É como um campo de forças subjetivas que se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações etc. gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade etc. Os elementos culturais constituem-se a mediação simbólica que torna possível a vida comum. As culturas são recriadas em função de cada grupo que nelas se insere, mas as culturas minoritárias convivem com os códigos da cultura que se considera dominante e pretensamente normalizadora. (SA,2006, p.110)

A educação de pessoas com diversidade no Brasil teve inspiração nas experiências realizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte. No século XIX, brasileiros iniciaram atendimento à pessoas com diversidades. Mazzotta (2003) explica que a inclusão de alunos com diversidades deu origem ao termo "Educação Especial" na política educacional brasileira, vindo ocorrer em tempos bastante tardios, no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta.

Entretanto, durante esse tempo há registros de outras ações voltadas apenas para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico das pessoas com diversidade. Porém, segundo Mazzota (2003) em 1874 o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência a diversidades mentais. Tratava-se de assistência médica e não propriamente um atendimento educacional específico que garantisse integração inclusiva. Tais fatos passados nos fazem entender a construção da atual educação inclusiva no presente, ainda, segregadora e excludente.

A Educação Especial na atualidade tem sido presidida por princípios teóricos e filosóficos emanados da evolução conceitual e da definição de políticas próprias, enquanto área de conhecimento e campo de atuação profissional, buscando contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma Educação Especial equivocada: o que responsabiliza o deficiente ou o seu meio próximo pelas dificuldades de aprendizagem e de adaptação; exerce uma função segregadora e excludente, e atua contra os ideais de inclusão e integração social de pessoas com deficiência e a garantia de sua plena cidadania. (STRAPASSON E CARNIEL apud OLIVEIRA, 2007)

Porém, a maior conquista está na Constituição Federal de 1988 e nas Constituições Estaduais a partir dela. Na constituição através do Capítulo V: da Educação Especial, nos Artigos 58, 59 e 60 com seus Parágrafos e Incisos determinam os direitos garantidos as pessoas com diversidades. Outro documento de suma importância foi o da Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), onde reconvoça as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das regras padrões sobre equalização de oportunidades para pessoas com diversidades, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com diversidades seja parte integrante do sistema educacional.

Em janeiro de 2016 marca o início de um novo olhar sobre os 45 milhões de brasileiros com algum grau de diversidade, pois entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº

13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos diários da vida civil em condições de igualdade e equidade como as demais pessoas.

Provinda da prática física dos militares em seus treinos diários, na década de 30, o Brasil vivia uma doutrina militar e higienista, e o curso de Educação Física tinha por objetivo formar professores com visão do ser humano padrão, não levando em consideração a diversidade (SILVA e BORDAS, 2013). A Ciência da Educação Física como disciplina vem evoluindo desde o final do século XX, onde passou a ser obrigatória no currículo escolar. Mas, nas décadas de 1930 a 1950 a disciplina consistia apenas de aulas corretivas para alunos. Sherrill (apud WINNICK, 2004), descreveu de forma sucinta sobre a Educação Física deste período:

A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Em muitas escolas, os alunos eram dispensados da Educação Física; em outras, o professor normalmente trabalhava em várias sessões diárias de Educação Física normal. Os líderes da Educação Física corretiva continuavam tendo sólida formação em medicina ou fisioterapia. As pessoas que se preparavam para ser professores de Educação Física geralmente faziam um curso universitário de Educação Física corretiva. (p.9)

A Educação Física como disciplina tem caráter motivador e criativo, principalmente na criança com diversidade, contribuindo para torná-la mais ativa e interessada em aprender com mais facilidade. O esporte gera um jogo de motivação interna e externa para o desenvolvimento completo do ser humano biofisiológico²² contribuindo, assim, para o processo de comunicação. Para o surdo, o processo de inclusão escolar bilíngue deve ocorrer em todo o sistema de ensino, para que se torne verdadeiramente inclusiva, e, nesse sentido, libertadora, humana e humanizante. Em pesquisa realizada por Costa (2010), foi demonstrado o que falta aos docentes da Educação Física para gerir uma Educação Física integradora:

²² Palavra composta por duas palavras: "bios" que é vida em latim e "fisiológico" referente às funções orgânicas. Dessa forma, a nomenclatura adotada, o suporte, trata-se da parte orgânica do sujeito. Disponível em: < <https://www.dicionarioinformal.com.br/biofisiol%C3%B3gico/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

[...]- Postura profissional no sentido de que esse componente curricular possa ser mais respeitado entre os segmentos da comunidade escolar; - Diante de minhas percepções, ao longo desse estudo, penso ainda que a coordenação e direção da escola devam olhar para a Educação Física como um componente curricular relevante ao processo de Inclusão Escolar dos (as) estudantes matriculados (as) no ensino regular; - Assim, nesta pesquisa, penso que na comunidade escolar o componente curricular de Educação Física é tão importante quanto os demais. Para tanto, deve se configurar como um processo relevante à inclusão de todos (as) na Educação Básica, independentemente se esses (as) tenham ou não alguma deficiência física, sensorial, motora ou múltipla. (p.897)

Entretanto, para a pessoa surda a Educação Física proporcionará atividades socioculturais esportivas de suma importância para conscientização de sua cinestesia e cenestesia²³, destacando a conscientização a atuação do profissional de Educação Física como educador no trabalho com o aluno surdo.

Ao considerarmos o ser humano um ser social, passamos a entender a importância da comunicação humana e o quanto é fundamental e necessário este convívio e relacionamento em sociedade e/ou grupo social, visto que, através das relações sociais há uma tendência maior na aproximação das pessoas, um intercâmbio de culturas e a convivência com diferentes hábitos de vida, tornando-se importante à sobrevivência individual e coletiva. É uma rede de trocas realizada pelo compartilhar de idéias, emoções, sentimentos, conhecimentos e informações feita um com o (s) outro (s) que é transformada a realidade em que vivem. (PALMA e CARVALHO, 2006)

O profissional de Educação Física, através de sua prática pedagógica deve ser comprometido com o desenvolvimento social e linguístico do aluno surdo, contribuindo no campo da educação Inclusiva bilíngue como política educacional

²³Em fisiologia, Cinestesia é a consciência através da qual percebemos a movimentação espacial de nosso corpo, nossos movimentos musculares. Em psicologia, Sinestesia é quando um perfume nos lembra determinada cor ou um som nos traz uma imagem qualquer, ou seja, quando um determinado estímulo nos remete a uma determinada memória ou sentimento. Cenestesia é a consciência (sensopercepção) que temos do próprio corpo, é a representação consciente do próprio corpo, de sua posição, de seu movimento, de sua postura em relação ao mundo à sua volta e em relação aos suas diversas partes e segmentos. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/site/DefaultLimpo.aspx?area=ES/VerDicionario&idZDicionario=171>>. Acesso em: 16 out. 2018.

(ZUCCHETTI, 2011). Ele fará uso de novas propostas e abordagens teórico-metodológicas, que estimulem a criatividade, a expressão corporal, a liberdade dos movimentos, a ludicidade e demais artifícios, com intuito de programar atividades capazes de proporcionar aos alunos experiências que favorecem a cooperação, a sociabilidade, bem como o desenvolvimento psicomotor do aluno surdo.

A Educação Física, enquanto disciplina escolar deve estar desvinculada dos aspectos de rendimento esportivo, técnica pela técnica, exclusão dos menos habilidosos e qualquer outra prática excludente, devendo a mesma tratar da formação integral dos seres humanos envolvidos. (ALVES et al., p.196, 2013)

A Educação Física como disciplina que promove a saúde tem o dever, através de seus profissionais, a eliminação das barreiras estruturais e linguísticas existentes e complexas que possam existir. Isso deve ser um processo contínuo de conscientização e sensibilização do docente dentro da escola no sentido de acolher o aluno surdo com equidade de direitos (ALVES et al., 2013). Nesse contexto, a constituição de uma Educação Física bilíngue para o aluno surdo já se tornou uma exigência nas escolas em todo o Brasil, seja por uma ordem legal, por conta das políticas públicas, ou mesmo por uma pressão cada vez mais organizada da comunidade surda que vem exigindo seus direitos para implementar com veracidade a política bilíngue. Para tal é necessário mudanças, como cita Almeida e Cordeiro (2014):

A Educação Física sofreu várias modificações ao longo dos anos passando do método ginástico para a Educação Física Inclusiva. Porém isso só foi possível com as mudanças que ocorreram na forma de educar e também nas atitudes dos profissionais da educação impulsionados por Leis. (p.90)

Sendo assim, o docente de Educação Física que almejar trabalhar com alunos surdos nos processos educacionais desportivos deverá, fundamentalmente, ter o conhecimento, a capacitação ou a formação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como também, dos valores culturais que permeiam essa comunidade. Sendo assim, é preciso rever certas atividades corriqueiras ditas “inclusivas”, mas, que na prática distorcem a proposta da comunidade surda quanto ao modelo bilíngue em promover a verídica inclusão bilíngue do aluno surdo no desporto, e que ainda o deixa excluído para prática esportiva.

Desse modo, nota-se que muitos educadores buscam usar diversos recursos comunicativos para estabelecer um diálogo com o aluno surdo, mas nem sempre conseguem se fazer entender, o que torna o aprendizado em sala de aula mais difícil. Entretanto, em se tratando de um processo de inclusão entende-se que é necessário que a sociedade se modifique, se adequando às necessidades das pessoas com deficiência, assim o aprendizado da LIBRAS, por parte dos ouvintes, torna-se de suma importância para a concretização da inclusão educacional dos sujeitos surdos na perspectiva de uma educação de qualidade. (ALVES et al., p 72, 2013)

As barreiras comunicacionais ainda enfrentadas pelos surdos para estabelecer uma Educação Física bilíngue, longe do referencial da comunidade surda, evoca a necessidade de se cumprir uma legislação em promover o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Tal dever é cabido aos pais ouvintes que tem filhos surdos; tradutores e interpretes da LIBRAS; professores; amigos e simpatizantes pela causa, sobre a importância dos surdos em congregarem-se nas suas comunidades linguísticas tais como: associações, grupos, instituições educacionais, federações, instituições religiosas e demais órgãos, para serem gestores de uma dimensão sociointeracionista, em que possibilitem pelo uso da língua de sinais, as várias atividades socioculturais dos mesmos dentro do esporte, que objetiva exclusivamente a qualidade de vida para esse cidadão.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A referida pesquisa possui um caráter descritivo e qualitativo usando referências de coleta de dados numa proposta experimental de estudo de caso, que para Abrantes (2011) tem um caráter de exploração do fato, onde o pesquisador apenas o descreve.

A pesquisa descritiva ocorre após uma primeira abordagem ou aproximação (exploração). É um estudo de características já conhecidas do objeto de estudo. Apenas descreve fatos e fenômenos, sem manipulá-los. O pesquisador não interfere com objeto de estudo, apenas descreve. (p. 14)

Para obter o levantamento dos resultados e a confecção dos gráficos foi elaborado um questionário, fechado em campo, com seis questões objetivas para

trinta (n=30) docentes da disciplina de Educação Física, distribuídos entre a rede pública e privada e atuantes em sala de aula.

O questionário foi composto pelas seguintes perguntas:

- ✓ O surdo é um portador de deficiência?;
- ✓ Na sua formação profissional você teve aprendizado de LIBRAS?;
- ✓ O aprendizado de LIBRAS é fundamental na escola?;
- ✓ Há incentivo na Educação Física para promover qualidade de vida ao aluno surdo?;
- ✓ Existe um currículo ajustado na Educação Física para atender ao aluno surdo? e
- ✓ Na escola existe acessibilidade bilíngue do aluno surdo ao esporte?

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As comunidades surdas desenvolveram a LIBRAS, língua natural de modalidade visual-gestual²⁴, sendo essa, a maior riqueza destas, e, por isso, a forma de acessibilidade, mais eficiente para o aluno surdo nas aulas de Educação Física. A LIBRAS favorece o desenvolvimento integral do aluno surdo e contribui para sua formação como sujeito. Utilizando levantamento bibliográfico com as palavras-chaves: acessibilidade, bilinguismo, currículo, desporto, inclusão e LIBRAS para essa pesquisa, é possível observar através dos dados levantados, que, ainda, há um desconhecimento sobre o sujeito surdo, língua de sinais, identidade, comunidade e metodologia curricular ajustada para o aluno surdo, por parte dos entrevistados em face à aplicabilidade de uma Educação Física bilíngue que viabilize a saúde do surdo. A lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, esclarece:

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o

²⁴ Também com termos de visuo-espacial ou gestual-visual.

saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

O modelo político proposto pela comunidade surda para a escola bilíngue é eficaz para a educação de surdos, sendo de suma importância na vida desse aluno e para a construção da sua identidade linguística e cultural. Assim, para o aluno surdo, a exposição, o mais precocemente possível, à língua de sinais identificada como uma língua passível de ser instrumentalizada por ele durante as aulas de Educação Física, reforça, assim, o valor da escola bilíngue dentro de um ambiente natural onde circule a LIBRAS. Pelas entrevistas efetuadas, as seis questões demonstraram resultados significativos apresentados pelas discussões, tais como:

Na pergunta 1: “O surdo é um portador de deficiência?” (GRÁFICO 1) 86,60% responderam que o surdo é um portador de deficiência para 13,40% que afirmaram o surdo não o ser. Observa-se que ainda há desconhecimento sobre a pessoa do surdo como sujeito biofisiológico, sendo um ser por completo em natural e, sobretudo em relevância ao uso particular da língua de sinais; cultura; identidade; comunidade e educação bilíngue do sujeito surdo.

A noção natural do ser um sujeito completo, como tanto é ser natural um sujeito ouvinte, ainda, não é explorado no ensino do docente de Educação Física, dando continuidade à visão do surdo ser alguém que falta algo; inapto; anormal; doentio e demais atributos pejorativos que o conceito de deficiência acarreta de dano a esse sujeito pela própria construção ideológica da palavra. A criação das Surdolimpíadas²⁵ comprova essa condição de sujeito usuário de uma língua de sinais.

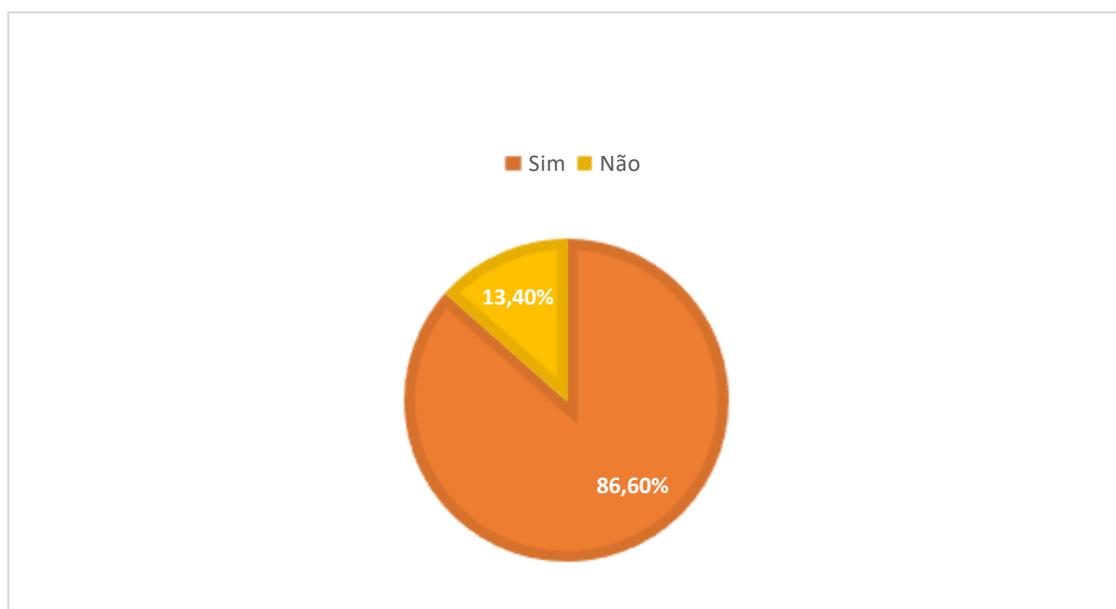
A comunidade surda se posiciona como um povo e uma raça, membros de uma comunidade de minoria linguística, não aceitando a imposição ideológica de uma deficiência pela normatização do conceito de pessoa padrão em detrimento da riqueza da LIBRAS que deverá ser explorada pelo professor de Educação Física como potencialidade nesse aluno.

²⁵ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Surdolimp%C3%ADadas>>. Acesso em: 19 out. 2018.

A criação da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos²⁶ e federações, como a Federação Desportiva de Surdos do Estado do Rio de Janeiro²⁷ desde 1961, desempenham o papel importante de comunidade onde seus usuários partilham a LIBRAS, língua comum entre seus pares.

Gráfico – 1: Resultado da pergunta 1.

O surdo é um portador de deficiência?



Fonte: O autor, 2018.

Assim, para os 86,60% desses professores, o surdo porta uma deficiência devido a construção histórica relacionada ao cadastro internacional de doença (CID) tal conceito de diversidade (PEREIRA, 2019) que potencializa um sujeito com qualquer característica física ou sensorial, explorando seu potencial biofisiológico, que, ainda, não é trabalhada no currículo de formação do docente, fazendo com que ele continue a observar o surdo como aquele que porta uma deficiência ao invés, pelo conceito de diversidade, devido a sua tetradimensionalidade do olhar (SACKS, 1998). Se o docente de Educação Física em sua maioria ainda entende o surdo como aquele sujeito portador de algo que falta, seu trabalho será prejudicado reforçando o que Alves (2013) cita que a Educação Física deve estar voltada a

²⁶ Disponível em: < <http://cbds.org.br/>>. Acesso em: 19 out.2018.

²⁷ Disponível em: < <http://fdserj.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

inclusão dos alunos com diversidade, evitando qualquer prática excludente, devendo a mesma tratar da formação integral dos seres humanos envolvidos. Pereira (p.727, 2009), salienta que:

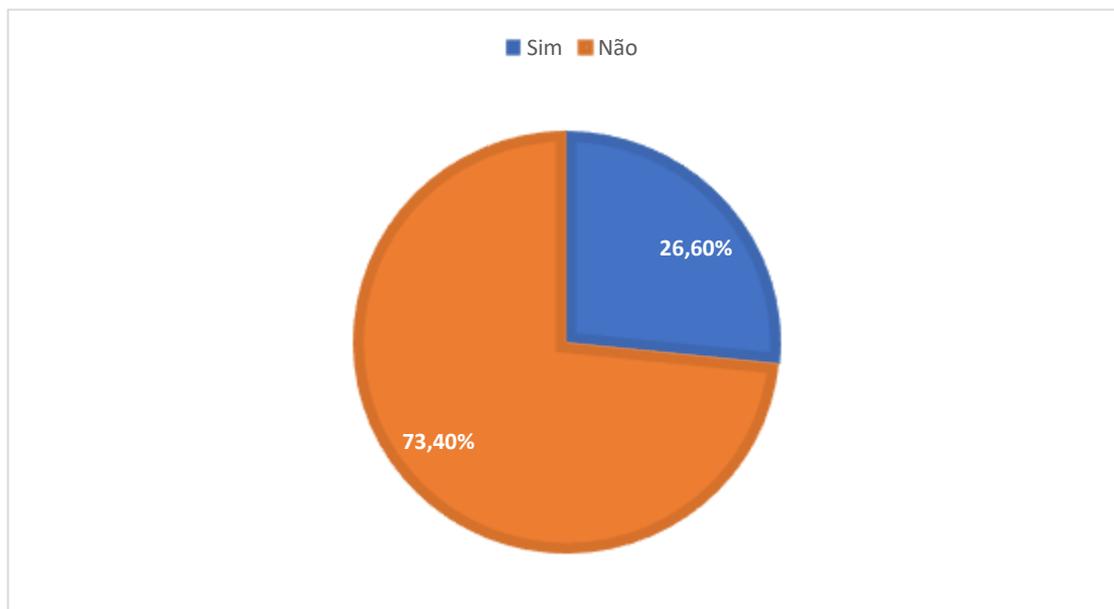
O histórico modelo de homem-padrão influencia – e, muitas vezes, mobiliza! – o interesse médico-científico, social e, por extensão, das pessoas com diversidade funcional. Respeitados os direitos, a necessidade, a liberdade e o desejo consciente e manifesto de uma pessoa com alguma diferença funcional, qualquer inovação que aprimore sua condição funcional é benéfica e bem-vinda. Se, diferentemente, a inovação for apenas uma normalização hightech, estaremos reeditando antigas formas de discriminação e segregação em nome de uma pseudociência e do suposto bem-estar das pessoas que compõem a diversidade funcional.

Na pergunta 2: “Na sua formação profissional você teve aprendizado de LIBRAS?” (GRÁFICO 2) 73,40% responderam que na formação profissional não tiveram o aprendizado de LIBRAS para 26,60% afirmarem terem tido na formação profissional o aprendizado de LIBRAS.

A lei da LIBRAS, Lei nº 10.436/2002 já completou mais de dez anos de reconhecimento. Porém, lamentavelmente, mesmo sendo prevista na grade curricular como disciplina na formação do docente em licenciaturas, o previsto para o curso superior de Educação Física após o decreto nº 10.436/2005, existe ainda, um grande número de profissionais que não foram contemplados pela disciplina devido a não existência da mesma ou quanto àqueles, que não obtiveram uma formação adequada em LIBRAS devido menor carga horária.

Gráfico – 2: Resultado da pergunta 2.

Na sua formação profissional você teve aprendizado de LIBRAS?



Fonte: O autor, 2018.

A pré experiência do futuro professor de Educação Física com o sujeito surdo e a língua de sinais, já estabelecendo uma comunicação primária na prática desportiva é essencial para ele desenvolver um trabalho de qualidade, pois, mesmo com sua passagem rápida pela disciplina ele terá subsídios de contato com esse aluno e concretização da inclusão educacional dos sujeitos surdos na perspectiva de uma educação de qualidade (ALVES, 2013), pois, sem LIBRAS não ocorrerá uma prática eficaz da Educação Física. Alves et.al (p.70, 2014)

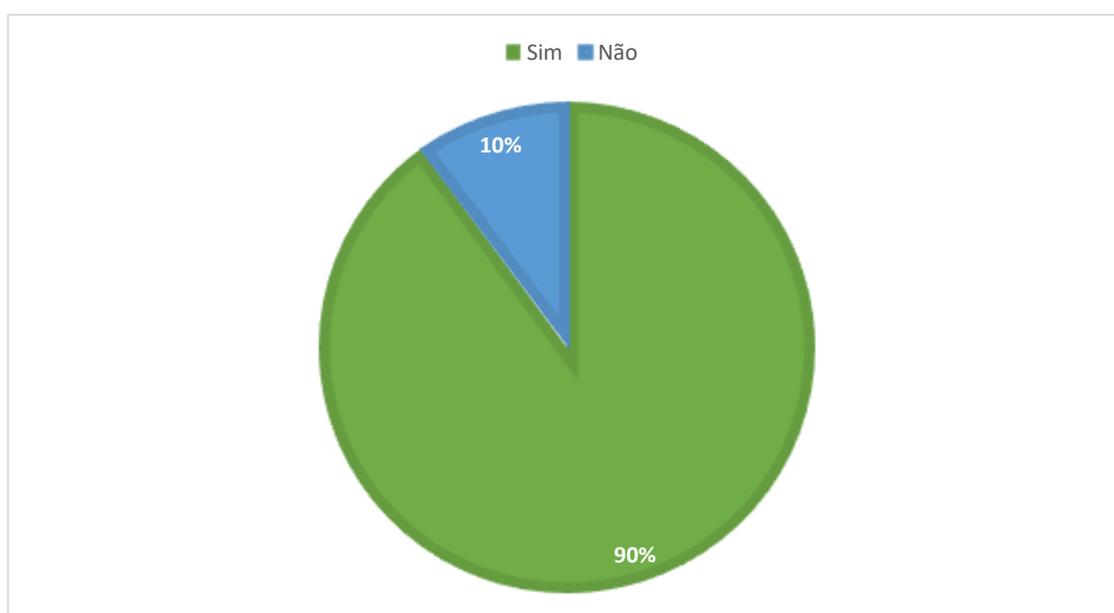
Desse modo, é necessário que o professor, na sua ação pedagógica, esteja sempre atento a estas questões, percebendo as limitações de cada aluno, e assim desenvolva vivências corporais diversificadas que sejam prazerosas e estimuladoras, possibilitando oportunidade da interação, integração e socialização entre todos, pensando sempre em atender às individualidades dos educandos para que não haja a exclusão. (ALVES et. al, p. 70, 2014)

Na pergunta 3: "O aprendizado de LIBRAS é fundamental na escola?" (GRÁFICO 3) 90% responderam que o aprendizado de LIBRAS é fundamental na escola para 10% afirmarem que o aprendizado de LIBRAS não é fundamental na escola.

O reconhecimento da língua de sinais em 2002 foi uma conquista histórica para a comunidade surda brasileira frente a outros países. Todavia, reconhecer o aprendizado da LIBRAS sendo fundamental na escola para o professor é inquestionável. Entretanto, caberá ao professor ter o reconhecimento que a língua de sinais é o acesso fundamental para o mesmo poder desenvolver o desporto nesse aluno.

Gráfico – 3: Resultado da pergunta 3.

O aprendizado de LIBRAS é fundamental na escola?



Fonte: O autor, 2018.

Comparando com a pergunta 1: O surdo é um portador de deficiência?, onde 86,60% reconheceram ele como um deficiente, na pergunta 3, se obteve 90% que declaram ser o aprendizado de LIBRAS fundamental na escola. É observado uma resposta sem fundamentação teórica dos Estudos dos Surdos, pois a porcentagem dos que reconhecem tal importância, chega, próximo aos 90% dos que reconhecem ser fundamental o ensino de LIBRAS, ou seja, à medida que se reconhece a deficiência se equivale ao ensino da língua de sinais, sendo uma diversidade prevista na pergunta 3.

É fundamental o aprendizado de LIBRAS na escola para que ocorra com veracidade uma educação bilíngue para o aluno surdo. Sem transitar a LIBRAS como língua usual na escola, o aluno surdo ficará como um estrangeiro dentro de um país que não fala a sua língua, ou dentro de uma sala de uma classe que a despreza. O direito acessibilidade para o aluno surdo a educação só se perpassa pelo uso da LIBRAS, fora disso, essa educação está sendo negada, anulando a existência do surdo ou privando-o ao aprendizado. Aos 10% que afirmaram que o aprendizado de LIBRAS não é fundamental na escola seria possível uma reflexão particular sobre o direito previsto por lei, mas que nunca irá sobrepor ao afeto pelo ato de educar que provém de um professor em transformar a realidade. O educador Dr. Paulo Freire (1992, p.100) cita que:

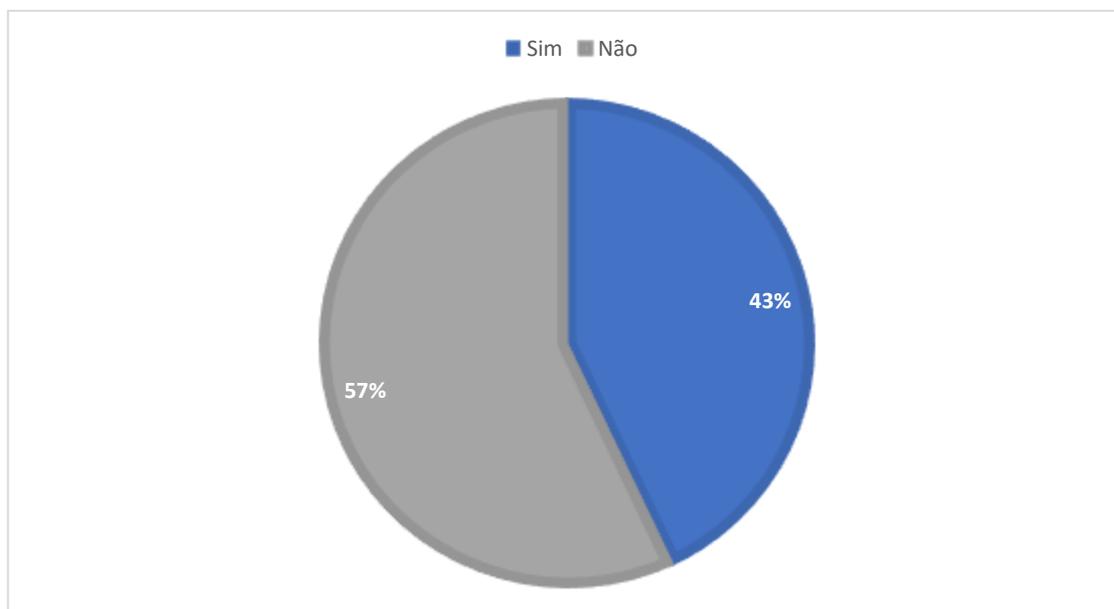
Inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. [...] É preciso juntar a ela a luta política pela transformação da realidade.

Na pergunta 4: “Há incentivo na Educação Física para promover qualidade de vida ao aluno surdo?” (GRÁFICO 4) 43% responderam que há incentivo na Educação Física para promover qualidade de vida ao aluno surdo para 57% afirmarem que não há incentivo na Educação Física para promover qualidade de vida ao aluno surdo.

Não surpreende que 57% possam afirmar que não há incentivo na Educação Física como disciplina para promover qualidade de vida ao aluno surdo, já que 86,60% o consideram um deficiente (Pergunta 1), com 73,40% (Pergunta 2) afirmarem na formação profissional não terem aprendizado de LIBRAS e, chegando até o resultado de 57% declararem que não há incentivo na Educação Física para promover qualidade de vida ao aluno surdo. É percebido incoerência entre as respostas, movida por comoção, e acirra, ainda mais, a urgente capacitação do corpo docente na formação profissional sobre LIBRAS dos mesmos.

Gráfico – 4: Resultado da pergunta 4.

Há incentivo na Educação Física para promover qualidade de vida ao aluno surdo?



Fonte: O autor, 2018.

O desconhecimento sobre o sujeito surdo e sua língua ainda é para muitos professores da Educação Física uma realidade, mesmo após o advento das redes sociais. Incentivar um aluno surdo requer adentrar em sua cultura e identidade, estabelecendo laços de afinidade sociointeracionista para então prover na prática a Educação Física bilíngue, respostas ao anseio desse alunato surdo, atenuando as barreiras ainda existentes na disciplina e, sendo preciso sempre haver ajustes curriculares para obter melhores resultados para a qualidade de vida de aluno.

Por ser a Língua de Sinais, a língua própria do surdo e que possui uma cultura também própria, e o Bilinguismo ser uma abordagem usada na educação do surdo, é que se acredita no sucesso deste modelo na educação e comunicação do surdo, pois possibilitará através dele a aquisição de sua língua secundária que é a língua oral, além de, propiciar um melhor desenvolvimento nos diferentes níveis, sejam eles, intelectual, emocional, perceptivo, ou social melhorando a sua interação entre os demais surdos, bem como, entre os ouvintes. (PALMA e CARVALHO, 2006)

Na pergunta 5: “Existe um currículo ajustado na Educação Física para atender ao aluno surdo?” (GRÁFICO 5) 86,70% responderam que existe um currículo ajustado na Educação Física para atender ao aluno surdo para 13,30% afirmarem que não existe um currículo ajustado na Educação Física para atender ao aluno surdo.

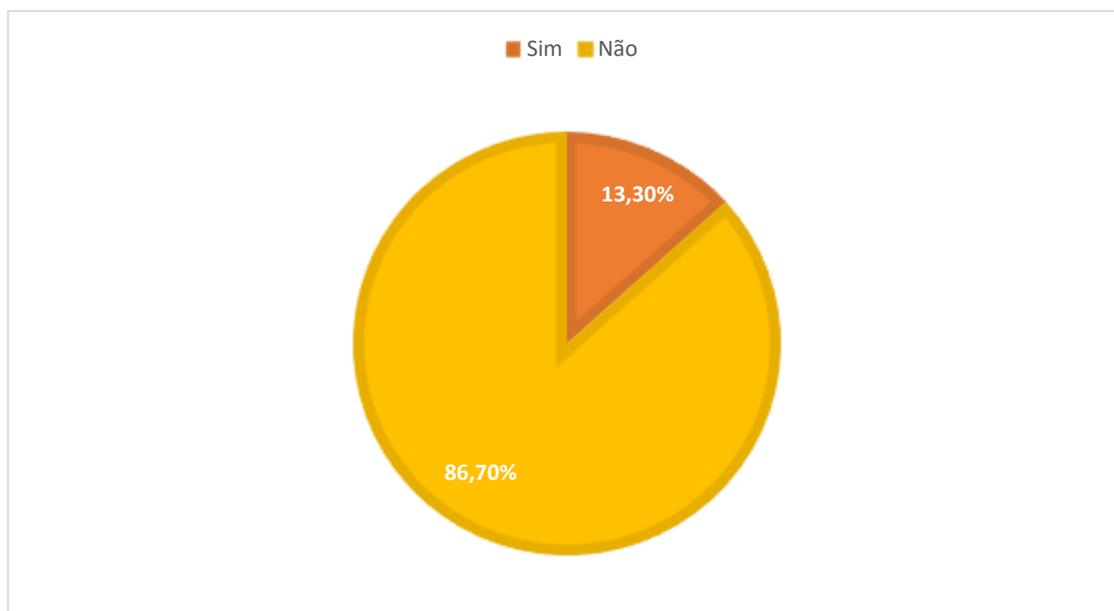
A partir dos resultados apresentados é nítido o desconhecimento teórico/técnico/experiencial e gerado por comoção que permeiam profissionais de Educação Física quanto ao educacional metodológico do surdo almejada pela comunidade como proposta política. O que surpreende mediante ao levantamento do referido dado, e sendo questionável, é que se 86,70% disseram existir um currículo ajustado na Educação Física para atender o aluno surdo se para em sua maioria 73,40% (Pergunta 2) declararam não haver a devida formação profissional em LIBRAS, o que é discordante.

O dado demonstra que mesmo após a lei e o decreto de LIBRAS, o surdo continua sendo avaliado como um ouvinte em (L2), gerando uma exclusão mascarada por uma dita inclusão. Os resultados demonstram fatos reais, a lei de LIBRAS de 2002 a reconhece como *status* de língua oficial da comunidade surda brasileira. Porém, o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)²⁸ com tradução e interpretação em LIBRAS e com ajustes curriculares na avaliação ocorreu somente em 2017, ou seja, durante dezesseis anos os estudantes surdos foram avaliados sem o uso da sua língua natural (L1), a LIBRAS, mas, em língua portuguesa (L2), demonstrando ato excludente quanto a sua acessibilidade bilíngue.

²⁸ Acessível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/enem-veja-como-sera-a-prova-traduzida-em-libras-para-os-surdos.ghtml>>. Acesso em: 21 out. 2018.

Gráfico – 5: Resultado da pergunta 5.

Existe um currículo ajustado na Educação Física para atender ao aluno surdo?



Fonte: O autor, 2018.

A formação referente ao ensino bilíngue para professor de Educação Física está prevista pelo decreto de LIBRAS nº 5.626/05, onde dá também outras providências quanto a capacitação do mesmo em cursos de pós-graduação. A existência de um currículo ajustado ao aluno surdo é de suma importância desde que o surdo tem sua primeira língua ou materna (L1), sendo sua avaliação ao desporto ajustada pelo currículo, para que haja equidade em prol do aluno surdo, que por legislação tem sua língua de sinais como acesso a educação, sendo necessário ocorrer ajustes e correções adequadas no material didático e avaliativo, como prevê o ensino bilíngue para surdos. Gonzáles (2007) cita:

As adaptações curriculares individualizadas devem reunir uma série de requisitos para poder atender adequadamente as necessidades educacionais especiais de cada aluno e evitar que ocorram situações de isolamento e marginalização como consequência de uma má aplicação do princípio de individualização. (p. 31)

Na pergunta 6: “Na escola existe acessibilidade bilíngue do aluno surdo ao esporte?” (GRÁFICO 6) 80% responderam na escola existe acessibilidade bilíngue

do aluno surdo ao esporte? E 20% afirmaram que não existe na escola acessibilidade bilíngue do aluno surdo ao esporte?

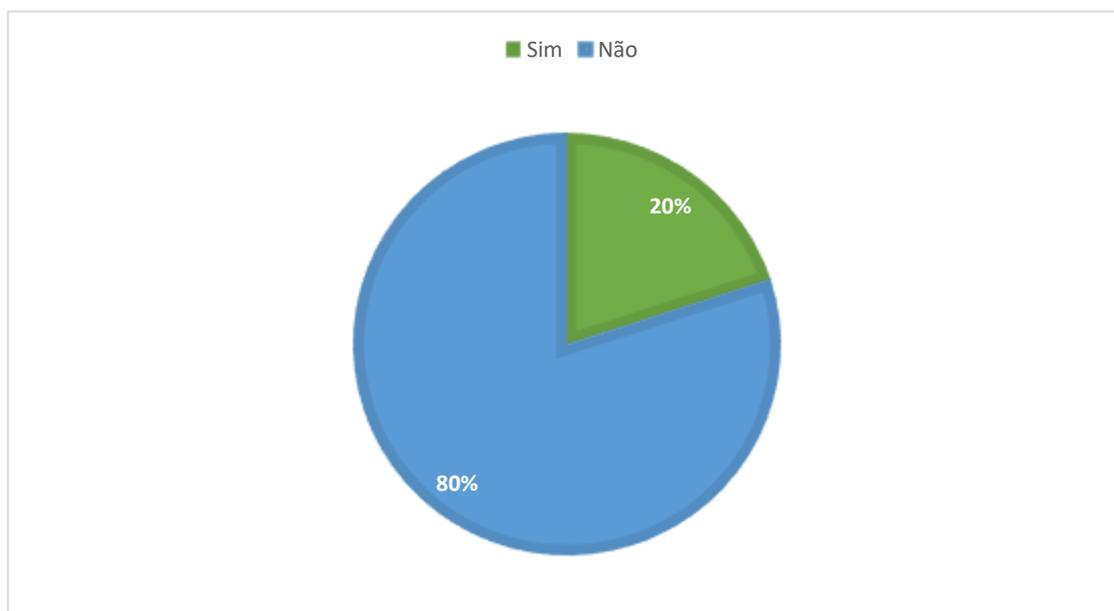
Em relação à acessibilidade bilíngue do aluno surdo, o resultado demonstra mais outro dado passivo a questionamento, pois 80% responderam que na escola existe acessibilidade bilíngue para o aluno surdo. Porém, na pergunta 5 “Se existe um currículo ajustado na Educação Física para atender ao aluno surdo?”, 13,30% disseram não haver um currículo bilíngue para 20% declarado na pergunta 6 que não existe acessibilidade bilíngue ao aluno surdo.

Observasse que a porcentagem quanto à negativa deveria ser equânime e não ter tal disparidade, pois currículo de um aluno surdo está associado à acessibilidade deste aluno na disciplina. Tal desacordo pode ser interpretado como o não conhecimento movido por comoção dos entrevistados sobre a relação de currículo e acessibilidade, gerando desacordo com a porcentagem demonstrada. Krug destaca quanto atuação do professor de Educação Física que requer entendimento do que seja currículo e acesso para sua atuação:

Destacamos que a Educação Física, enquanto área de atuação junto ao ser humano, deve ser flexível a ponto de atender a todos. Neste sentido, creditamos que não é a Educação Física que muda, quando atua com um ou outro indivíduo, mas, sim, a postura do profissional, que mesmo em tese, deve estar preparado para atuar junto a todas as pessoas [...]. (KRUG, p.5, 2002)

Gráfico – 6: Resultado da pergunta 6.

Na escola existe acessibilidade bilíngue do aluno surdo ao esporte?



Fonte: O autor, 2018.

Outro fator foi afirmativa de 80% que declaram a existência de acessibilidade em relação à pergunta 5, onde 86,70% afirmavam haver um currículo ajustado na Educação Física. É possível analisar os dados afirmativos fazendo a mesma relação de equidade que deveria haver entre os dados, partindo da mesma premissa que currículo e acessibilidade bilíngue para um aluno surdo está associado intrinsecamente à metodologia que irá gerar acessibilidade para esse aluno.

Tal fato previsto no dado apresentado se faz repensar sobre até que ponto existe realmente a clareza no professor de Educação Física sobre a noção de currículo ajustado e acessibilidade bilíngue do aluno surdo, onde com tal porcentagem apresentada demonstra haver um desequilíbrio de conhecimento sobre a funcionalidade de um currículo ajustado bilíngue previsto pelo projeto político pedagógico (PPP) e acessibilidade bilíngue, que não fazem dissociação na funcionalidade. É necessário fomentar o direito de um PPP bilíngue dentro de uma instituição que receba um aluno surdo, incluindo um ementário em Educação Física bilíngue, conforme prevê a lei do surdo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se por meio desta pesquisa que o conhecimento prévio da LIBRAS e acesso ao currículo bilíngue por parte do professor de Educação Física é que realmente proporcionará ao aluno surdo um despertar para a prática do desporto com qualidade e equidade. Contudo, não havendo docentes capacitados para trabalhar de forma adequada e eficiente com estes alunos e com não favorecimento de um ambiente linguístico para estimular e explorar suas habilidades, acarretará grande prejuízo ao seu processo social.

A Declaração de Salamanca (1994) referente aos fatores relativos à escola é orientado ao professor que o currículo deva ser ajustado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Fato esse que a pesquisa demonstra ainda não ocorrer para o aluno surdo. Assim, as escolas deveriam prover oportunidades curriculares bilíngues que sejam apropriadas à criança surda, pois, tal ajuste, já se deveria iniciar em propor um ambiente de uso de língua de sinais pela prática da Educação Física bilíngue para o aluno surdo, o que não ocorre nas instituições como prática.

Com a Lei nº 9394, que foi publicada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi pré-definido que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículo; metodologias; recursos e organização específica ao atendimento de suas necessidades de acesso – que para o surdo é ambiente/uso da língua de sinais (LIBRAS) – reforçando assim, o Decreto nº 3.298 que dispõe da política nacional para a integração da pessoa com diversidade.

Mas, lamentavelmente, mesmo após as leis que amparam a educação de surdos e acessibilidade nem todas as instituições de ensino não cumprem+ tais normas no currículo da disciplina de Educação Física deixando o caminho mais árduo na preparação educacional bilíngue nas crianças surdas, não propiciando um desporto de qualidade. E isso requer responsabilidade do professor.

Essa pesquisa busca contribuir para tal mudança enfatizando o currículo com práticas de gestão de inclusão bilíngue para o surdo na Educação Física, pois o mesmo assimila o seu próprio conhecimento quando o seu processo de prática

esportiva seja feito através da língua de sinais. Santos e Paulino (2008) ressalta sobre responsabilidade de um professor frente a sua disciplina:

Acreditamos que está na educação, sem dúvida, a principal ferramenta para a transformação social verdadeira que tanto almejamos. Nos dias de hoje as desigualdades sociais e o desrespeito às diferenças são banalizados em nosso cotidiano, e a escola, sem dúvida, reflete e reproduz estas relações. (p.11)

Porém, o docente da Educação Física que desejar trabalhar com alunos surdos nos processos educacionais do desporto, deverá fundamentalmente ter o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); dos valores culturais que permeiam essa comunidade e da metodologia bilíngue curricular de ensino para alunos surdos. Para tal é preciso rever certas atividades inclusivas, mas, que na prática distorcem a proposta do modelo bilíngue tão querido pelo surdo como sua política inclusiva bilíngue como transformação em um ser humano integrado.

A declaração de Incheon (2015), Marco de Ação para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 4, promovida pela UNESCO junto com o UNICEF, Banco Mundial e ONU em Fórum Mundial realizado em 2015 em Incheon na Coréia do Sul para promoção da Educação com plano político até 2030, fomenta em seu documento o dever dos 184 Estados-membros sobre a importância da educação e da formação em direitos humanos para alcançar a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015.

Comprometemo-nos com uma educação de qualidade e com a melhoria dos resultados de aprendizagem, o que exige o reforço de insumos e processos, além da avaliação de resultados de aprendizagem e de mecanismos para medir o progresso. Garantiremos que professores e educadores sejam empoderados, recrutados adequadamente, bem treinados, qualificados profissionalmente, motivados e apoiados em sistemas que disponham de bons recursos e sejam eficientes e dirigidos de maneira eficaz. (UNESCO, nº 9, 2015)

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Fazer monografia é moleza: O passo a passo de um trabalho científico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.,2011.

ALVES, Tássia P.;SALES, Zenilda, N.; MOREIRA, Ramon, M.;DUARTE, Leonardo C.;COUTO, Edvaldo S.Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar . **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 3, p.192-204. (2014). Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 18 out. 2018.

ALVES, Tássia P.;SALES, Zenilda, N.; MOREIRA, Ramon M.;DUARTE, Leonardo C.; SOUZA, Riane M.M. Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física. **Revista Educação Especial** | v. 27 | n. 48 | p. 65-78 | jan./abr. 2014. Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em 20 out. 2018.

ALMEIDA, Edilene S; CORDEIRO, Osvaldo G.H. A inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física no ensino regular. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente** 5(2): 81-97, jul-dez, 2014. Disponível em:<www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/download/255/372/>. Acesso em: 18 out. 2018.

AUMONT, J. **A Imagem**. Papirus. SP, 1993.

BRASIL.Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____.Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais (1994). Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nº 9394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Lei de LIBRAS nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. Decreto da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nº 5.626 de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

_____. Lei do tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nº 12.319 de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. Símbolo acessível em LIBRAS/set/2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/marca/libras/>>. Acesso em: 03/11/2018.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-18/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

BOTELHO, Paula. **A leitura, e a escrita e a situação discursiva de sujeitos surdos**: Estigma, preconceito e formação imaginária. Faculdades de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998 (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: Com os pingos nos “is”. 4ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2006.

CARVALHO, CH; MORAIS JLC. **Os que ouvem mais que nós**/Luis Carlos de Moraes Junior, Carlos Hilton Cruz Carvalho, 1.ed.- Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2013.

CARVALHO, Vanessa O. História de educação dos surdos: o processo educacional inclusivo. UFPB, 2015. Disponível

em:<profcarolinanobrega@gmail.comhttp://www.uern.br/controldepaginas/educacao-atual-
/arquivos/36782_final__a_hista%E2%80%99Cria_de_educacao%E2%80%A1a%C6%92
o_dos_surdos...vanessa_carvalho.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

CASAROTTO, VJ; ROSA, CLL da; MAZZOCATO, APF. Educação física e o aluno surdo. Disponível em:<
https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2012/Educacao%20e%20desenvolvimento%20humano/artigo/educacao%20fisica%20e%20o%20aluno%20surdo%20.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

COSTA, Vanderlei B. Artigo Original Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCar, São Carlos, SP, Brasil Motriz, Rio Claro, v.16 n.4 p.889-899, out./dez. 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n4/a09v16n4.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

DUTRA, Renata. LIBRAS - ensine suas mãos a falar. Disponível: <ensinesuasmaosafalar.blogspot.com>. Acesso em: 06 out. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?: Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda/ Audrei Gesser – São Paulo : Parábola Editorial, 2009.

GONZALEZ, E. **A Educação Especial**: conceito e dados históricos. In: GONZALES, E. (Org.). Necessidades educacionais específicas. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

HONORA, Marcia e Frizanco Mary. **Esclarecendo as deficiências**: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva/Marcia Honora,

Mary Lopes Esteves Esteves Frizanco. – São Paulo, SP: Ciranda Cultura Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

KRUG, Hugo N.A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na educação física escolar. **Revista do Centro de Educação**. Cadernos: nº 19 – edição, 2002.

LACERDA, Cristina B.Feitosa de. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais**: trabalhando com sujeitos surdos. Cad. CEDES, Campinas, v. 20, n.50, p.70-83, Abr., 2000.

MATOS, C.S.A. **Prevenção dos males osteomioarticulares de membros superiores e posturais dos tradutores e intérpretes de língua de sinais**. Monografia de aperfeiçoamento/especialização em pós-graduação em tradução e interpretação em LIBRAS: ensino e prática - Centro Universitário Celso Lisboa, 2016.

NASCIMENTO, Lilian C.R. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. ETD - Educação Temática Digital 7, 2, pp. 255-265. Disponível em:< <https://core.ac.uk/download/pdf/42098408.pdf>>. Acesso: 15 out. 2018.

ONU. Organizações das Nações Unidas – ONU. Novo símbolo de acessibilidade: você conhece? Disponível em:< <http://reflexaosobrerodas.com.br/2017/09/novo-simbolo-de-acessibilidade-voce-conhece/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

PASETTO Silmara C., ARAÚJO, PAULO F., CORRÊA, Umberto C. Efeitos de dicas visuais na aprendizagem do nado crawl para alunos surdos.Rev. Port. Cien. Desp. v.6 n.3 Porto out. 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpcd/v6n3/v6n3a04.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

PALMA, Erina P., CARVALHO, Sérgio. Comunicação: um jogo de movimentos entre o surdo e a educação física, 2006. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/52902f045d33bfb061bc0f136e013e52.PDF>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PEREIRA, R. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. História, ciências, saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.715-728. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/09.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

PERLIN, Gladis, STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: Desafio contemporâneo. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31. Editora UFPR. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/03.pdf>>. Acesso: 03 nov. 2018.

ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: Um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961).** Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA, Solange Maria da. **Memória e história: A indagação de Esmeralda/ Solange Rocha.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

SACKS, OW. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos;** tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras; 1998.

SÁ, NRL. **Cultura, poder e educação de surdos/Nídia Regina Limeira de Sá** – São Paulo: Paulinas, 2006 – (Coleção Pedagogia e Educação).

SANTOS, M. P., PAULINO, M. M. **Inclusão em educação: uma visão geral.** In: Santos, M. P dos.; Paulino, M. M. (orgs.). **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Raquel Vieira da. **A capacitação do professor ouvinte para promover a inclusão bilíngue do aluno surdocego**. Monografia: curso de Pedagogia das Faculdades São José, 2017.

SILVA, A. L. Ensino de língua portuguesa para surdos: das abordagens teóricas à prática pedagógica. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras, UEPB. Catolé do Rocha, 2013. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4526/1/PDF%20-%20Alciv%C3%A2nia%20de%20Lima%20Silva.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

SILVA, O.O.N., BORDAS, M.A.G. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física: desvendando a realidade da feira de Santana/BA. Rev. Elet. de Cult. e Educ. 2013. Disponível em: <www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/9273>. Acesso em: 22 out. 2018.

SKILIAR, Carlos. **Abordagem sócio-antropológica em educação especial**. In:__(org.) Educação e exclusão; abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, Mediação, 1998a. pp.7-49.

STRAPASSON, Aline M., CARNIEL, Franciele. A Educação física na educação especial. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 10 nov. 2018

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

UNESCO. Declaração de Incheon (2015) marco de ação para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 4 na formação em direitos humanos para alcançar a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137por.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

VIGOTSKY, Lev Semenovich, 1996 – 1935. **Psicologia pedagógica**/L.S.Vigotsky; tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. – 2ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2004 - (Psicologia e Pedagogia).

WINNICK. J.P. **Educação física e esportes adaptados**. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.

ZUCCHETI, D. T. **A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 197 - 218, ago. 2011.